



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

## **Recurso Ordinário Trabalhista** **1000897-46.2022.5.02.0038**

**Relator: CLAUDIO ROBERTO SA DOS SANTOS**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 16/10/2024

**Valor da causa:** R\$ 639.247,58

**Partes:**

**RECORRENTE:** ANITA LOUISE REGINA HARLEY

ADVOGADO: GABRIELA CAMPOS RIBEIRO

**RECORRENTE:** ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S A CASAS PERNAMBUCANAS

ADVOGADO: TAMARA GUEDES COUTO

**RECORRIDO:** ANDRE DA SILVA SANTOS

ADVOGADO: ANA PAULA BRESSANI

ADVOGADO: PRISCILA DE SOUZA NASCIMENTO

ADVOGADO: JOSUE JOSE DA SILVA



PODER JUDICIÁRIO  
 JUSTIÇA DO TRABALHO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
 ANÁLISE DE RECURSOS  
 Relator: CLAUDIO ROBERTO SA DOS SANTOS  
**ROT 1000897-46.2022.5.02.0038**  
 RECORRENTE: ANITA LOUISE REGINA HARLEY E OUTROS (1)  
 RECORRIDO: ANDRE DA SILVA SANTOS

## INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Decisão ID a6379db proferida nos autos.

ROT 1000897-46.2022.5.02.0038 - 14ª Turma

Recorrente:	1. ANITA LOUISE REGINA HARLEY
Advogado(s):	GABRIELA CAMPOS RIBEIRO (SP109526)
Recorrido:	ANDRE DA SILVA SANTOS
Advogado(s):	ANA PAULA BRESSANI (SP281975) JOSUE JOSE DA SILVA (SP106118) PRISCILA DE SOUZA NASCIMENTO (SP212045)
Recorrido:	ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S A CASAS PERNAMBUCANAS
Advogado(s):	TAMARA GUEDES COUTO (SP185085)

## RECURSO DE: ANITA LOUISE REGINA HARLEY

### PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (decisão publicada em 16/09/2025 - Id 327e290; recurso apresentado em 26/09/2025 - Id 5853f3a).

Regular a representação processual (Id 52c150b ).

Desnecessário o preparo.

## **PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS**

### **1.1 DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO (12936) / RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (13949) / VERBAS RESCISÓRIAS (13970) / MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT**

Consta do v. acórdão:

"No tocante à multa do art. 477 da CLT, o entendimento contido na Súmula 462 do C.TST não deixa dúvidas quanto à sua incidência:

"462. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Incidência. Reconhecimento judicial da relação de emprego. (Inserida pela Res. 209/2016 - DeJT 01/06/2016)

A circunstância de a relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo não tem o condão de afastar a incidência da multa prevista no art. 477, §8º, da CLT. A referida multa não será devida apenas quando, comprovadamente, o empregado der causa à mora no pagamento das verbas rescisórias"

Ainda que o vínculo de emprego somente tenha sido reconhecido em Juízo, tal ocorreu em virtude da omissão da empregadora no cumprimento das obrigações trabalhistas.

Diversamente, a cominação do art. 467 da CLT deve ser afastada, pois o vínculo de emprego foi reconhecido apenas em Juízo, demonstrando a existência de controvérsia acerca da relação jurídica havida entre as partes. Assim, não há verbas rescisórias incontroversas que deveriam ter sido pagas na 1ª audiência.

Nesse sentido é a jurisprudência do TST:

"SANÇÃO PREVISTA NO ART. 467 DA CLT. VÍNCULO DE EMPREGO RECONHECIDO EM JUÍZO. NÃO

INCIDÊNCIA. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho é firme no sentido de ser indevida a aplicação da sanção prevista no artigo 467 da CLT nas situações em que o vínculo de emprego entre as partes somente é reconhecido em juízo, porquanto a discussão judicial acerca da natureza da relação havida entre os sujeitos do processo torna controvertidas as parcelas discutidas. Dessa forma, ao condenar os Reclamados ao pagamento de tal parcela, Tribunal Regional decidiu de forma contrária à iterativa atual e notória jurisprudência desta Corte, restando caracterizada a transcendência política e violado o art. 467 da CLT. Recurso de revista conhecido e provido."RRAg - 752-67.2020.5.20.0008. Órgão Judicante: 5ª Turma. Relator: Douglas Alencar Rodrigues. Julgamento: 07/06/2023.

"RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. 01. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. VÍNCULO DE EMPREGO RECONHECIDO EM JUÍZO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 462/TST. 02. MULTA DO ART. 467 DA CLT. VÍNCULO DE EMPREGO RECONHECIDO EM JUÍZO. MULTA INDEVIDA. A jurisprudência desta Corte Superior vem decidindo que o reconhecimento da relação de emprego em Juízo não enseja o pagamento da multa do art. 467da CLT, por não se vislumbrar, na hipótese, a existência de verbas rescisórias incontroversas. Julgados. Ressalva-se o entendimento do Relator."RRAg - 11631-10.2015.5.01.0018. Órgão Judicante: 3ª Turma. Relator: Mauricio Godinho Delgado. Julgamento: 15/03/2023

Recurso provido parcialmente, para afastar a cominação do art. 467 da CLT."

No julgamento do RR-0001341-76.2023.5.12.0008, o Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição plena, fixou a seguinte tese jurídica para o **Tema Repetitivo nº 168:**

"O reconhecimento do vínculo de emprego em juízo não obsta a aplicação da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, salvo quando o empregado comprovadamente der causa à mora."

Assim, estando a decisão regional em consonância com a diretriz firmada no mencionado incidente de recursos repetitivos, de caráter vinculante

(arts. 896-C da CLT, e 927, III, do CPC), incabível o recurso de revista, nos termos do art. 1º-A da Instrução Normativa nº 40/2016 do C. TST.

DENEGO seguimento ao recurso de revista, por incabível.

## **2.1 DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO (12936) / CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO (13707) / RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO DE EMPREGO**

Assentou o v. acórdão que:

*"A questão do vínculo de emprego já foi decidida pelo Acórdão de ID. c8b3e0a, o qual reconheceu "o vínculo empregatício entre o autor e a primeira reclamada, no período de 1º/2/2017 a 9/2/2022, na função de segurança pessoal, com salário de R\$ 300,00 por dia de trabalho" (fl. 798).*

*Portanto, já se encontra decidida, em grau recursal, a questão do vínculo de emprego, nada havendo que ser alterado neste ponto, enquanto a condenação na anotação do contrato de trabalho na CTPS, bem como o pagamento das verbas rescisórias decorrem do liame empregatício reconhecido entre as partes litigantes."*

De acordo com os fundamentos expostos no v. acórdão, não é possível divisar ofensa à disposição de lei federal (CLT, art. 896, "c").

DENEGO seguimento.

## **3.1 DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO (12936) / DURAÇÃO DO TRABALHO (13764) / ADICIONAL NOTURNO**

Consta do v. acórdão:

*"O pagamento do adicional noturno é devido, haja vista a incontroversa jornada da 19h00 às 7h00, na escala 12x36, incidindo sobre as horas em prorrogação às 5h00, nos termos da Súmula 60, II, TST, sendo inaplicável a exceção do parágrafo único, art. 59-A, da CLT, dispositivo legal que exige, ao facultar a duração do trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas de descanso, a formalização de "acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho", enquanto, nestes autos, não foi apresentado acordo individual escrito ou norma coletiva prevendo essa duração de trabalho."*

Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no v. acórdão, não é possível constatar ofensa à disposição de lei federal, capaz de viabilizar o reexame pretendido, nos termos do art. 896, "c", da CLT.

DENEGO seguimento.

## CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Intimem-se.

/esp

SAO PAULO/SP, 30 de janeiro de 2026.

**FRANCISCO FERREIRA JORGE NETO**  
Desembargador Vice-Presidente Judicial



Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO FERREIRA JORGE NETO, em 30/01/2026, às 19:04:02 - 608856b  
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/260130190309236000000287491965?instancia=2>  
Número do processo: 1000897-46.2022.5.02.0038  
Número do documento: 260130190309236000000287491965